



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

[/SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5246 – 18 janeiro de 2016

França libera dados e CPI do HSBC ganha força

A decisão do governo da França de compartilhar toda a documentação do escândalo do HSBC (SwissLeaks) deve ressuscitar CPI sobre o tema no Senado. O relator Ricardo Ferraço já foi informado pelo Ministério Público a respeito da liberação.

O SwissLeaks refere-se ao vazamento de arquivos de uma agência do HSBC na Suíça. O número de contas de brasileiros passa de 8.000, com cerca de US\$ 7 bilhões depositados. A maioria não declarou os valores à Receita Federal. A CPI foi uma iniciativa do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), mas não decolou porque o Uol, que detinha os dados completos, não forneceu os dados sob alegação de que seria “incorreto divulgar listas de nomes sem uma checagem prévia de cada um e sem que fique estabelecida a relevância jornalística e o interesse público.” Ferraço queria convocar os brasileiros com os maiores volumes depositados em contas secretas no HSBC de Genebra. Mas a maioria dos integrantes da CPI freou essa iniciativa, pois o Senado não tinha acesso aos dados originais do vazamento.

Agora, a situação pode mudar. A CPI do HSBC SwissLeaks receberá os dados do governo francês com o compromisso de não divulgar as informações. Mas poderá agora requerer oficialmente uma checagem dos dados por parte da Receita Federal – que já tem a mesma documentação.

Portaria do DEST limita número de funcionários das estatais

A Portaria nº 17, de 22 de dezembro de 2015, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), foi publicada no Diário Oficial da União do último dia 23, estabelecendo limite máximo para o quadro de pessoal próprio das empresas públicas e das sociedades de economia mista que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A medida atinge a Caixa Econômica (que curiosamente aparece com a sigla S.A. - sociedade anônima - identificação de empresas com capital aberto), o Banco do Brasil e outras instituições financeiras, como o BNDES, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, por exemplo, além de empresas estatais das áreas de energia, transporte, produção, infraestrutura.

Na prática, a portaria do DEST impede novas contratações e determina que cargos em algumas empresas ligadas à antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) sejam extintos após término de contratos de trabalho. A portaria também autoriza as empresas a gerenciarem seus quadros de pessoal com atos de gestão para repor empregados desligados, mas não determina que seja feito, apenas autoriza. De acordo com a portaria, o limite de empregados na Caixa deve ser de 97.732 bancários e no Banco do Brasil deve ser de 115.495.

Trabalho escravo não!

Tema de extrema preocupação, o trabalho escravo no Brasil será a pauta da audiência pública realizada no próximo dia 2 de fevereiro, às 9h, pelo senador Paulo Paim (PT/RS) - presidente da Comissão de Direitos Humanos - CDH do Senado Federal, juntamente com o presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALIT) e membro do Fórum Nacional do Judiciário de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas, Juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho.

As organizações sindicais e associativas, juízes, procuradores, promotores e advogados também aderiram à iniciativa de Paim e de Hugo Melo para debater o trabalho escravo.

Já foram confirmadas as presenças do vereador do Prêmio Nobel da paz de 2014, o indiano Kailash Satvarthi, do ministro do Trabalho Previdência Social, Miguel Rossetto, do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e conselheiro do CNJ, Lélcio Bentes Corrêa, do ator Wagner Moura (Embaixador da Organização Internacional do Trabalho - OIT, contra o Trabalho Escravo), bem como outros artistas. A atuação política faz parte da estratégia coordenada com os movimentos sociais para que os direitos dos trabalhadores sejam preservados no Congresso Nacional.

Emissão de TED deixa de ter valor mínimo

As transferências eletrônicas via TED (Transferência Eletrônica Disponível) deixaram de ter valor mínimo. O anúncio foi feito pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos), na quarta-feira, 13/01.

Segundo a Febraban, a medida vai “facilitar a vida do consumidor na hora de fazer transferências de dinheiro entre bancos diferentes”.

Em 2003, o limite mínimo era R\$ 5 mil. Em 2010, caiu para R\$ 3 mil, e em 2012, para R\$ 2 mil. Em 2014, diminuiu de R\$ 1 mil para R\$ 750. E no ano passado, duas reduções levaram o limite a R\$ 250,00.

As tarifas cobradas para a realização de TED variam de banco para banco.

Para saber os preços praticados, os consumidores podem consultar o STAR (Sistema de Divulgação de Tarifas de Serviços Financeiros) pelo site www.febraban-star.org.br.